

**A VILA DOS PESCADORES DA PRAIA GRANDE: FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE NO CENTRO DE NITERÓI.**

Cynthia Pereira da Silva Cordeiro<sup>1</sup>

Danielle Innecco Taranto<sup>2</sup>

Raphaella Reis Conceição Castro Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:**

Considerando a dificuldade nas pesquisas teóricas de conteúdos que abordam a Vila de pescadores da Praia Grande em Niterói, percebe-se a necessidade de uma busca mais aprofundada do tema por se tratar de uma comunidade esquecida pelo poder público. Deu-se início às pesquisas orais com o intuito de atingir a um resultado mais específico. Nessa primeira visita foi possível perceber que a Vila não é mais um local somente de pesca artesanal, hoje se encontram moradores que vivem em um estado precário e nem todos vivem mais da pesca, algumas pessoas já são aposentadas e outras foram buscar outro meio de subsistência. Outro ponto percebido foi o estado decadente que se encontra o cais o que prejudica o embarque e o desembarque, além de muito lixo e do esgoto sendo despejado sem tratamento direto no mar. Objetiva-se compreender como se deu a formação e a consolidação da Vila dos Pescadores da Praia Grande no Centro de Niterói e como está atualmente. Para tanto, procede-se à metodologia de leitura de artigos sobre a história oral para compreender o modelo de trabalho e a análise de artigos referentes à comunidade de pescadores artesanais. Desse modo, observa-se que o resultado da pesquisa não foi suficiente para atingir os objetivos almejados, o que demonstra a importância das entrevistas orais para se obter resultados mais efetivos por se tratar de uma comunidade que vive no total descaso e às margens da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pescadores artesanais; Niterói; Pesquisa bibliográfica.

**ABSTRACT:**

Considering the difficulty in theoretical research of contents that approach the Praia Grande fishing village in Niterói, there is a need for a more in-depth search of the topic as it is a community forgotten by the government. Oral research was initiated in order to achieve a more specific result. On this first visit it was possible to realize that the village is no longer just a place for artisanal fishing, today there are residents who live in a precarious state and not everyone lives on fishing anymore. Some people are already retired and others went to find another means of subsistence. Another perceived point was the decaying state of the pier, which impairs boarding and disembarking, in addition to a lot of garbage and sewage being dumped without direct treatment at sea.

---

1 Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Niterói. Rua Waldemar Olímpio da Silva , N° 54 Lt:02 QD: B casa 1 Quissamã – Itaboraí

2 Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Niterói. Rua Álvares de Azevedo, 177/602 - Icaraí - Niterói - RJ - 24220-020

3 Doutora em Administração pela UFS. Professora de Gestão Pública do IFRJ campus Niterói. Avenida Rio Branco, 4625/1505 - Passos - Juiz de Fora/MG - 36026-500



The objective is to understand how the formation and consolidation of the Vila dos Pescadores da Praia Grande took place in downtown Niterói and how it is today. To do so, we proceed with the methodology of reading articles on oral history to understand the work model and the analysis of articles referring to the community of artisanal fishermen. Thus, it is observed that the research result was not sufficient to achieve the desired objectives, which demonstrates the importance of oral interviews to obtain more effective results because it is a community that lives in total neglect and on the margins of society.

**KEY-WORDS:** Artisanal fishermen; Niterói; Bibliographic research.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse estudo trata-se da comunidade de pescadores que fica localizada ao lado do Caminho Niemeyer, no município de Niterói. Essa pesquisa faz parte de uma pesquisa mais ampla intitulada PROGER Z8 - Programa de Gestão de Resíduos da Colônia Z8 aprovado nos Editais Internos da Extensão, da Pesquisa e da Inovação.

A vila de pescadores da Praia Grande encontra-se às margens da Baía de Guanabara, localizada no centro da cidade de Niterói, local tradicionalmente marcado pela pesca artesanal e que é invisibilizada pelo poder público.

A pesca artesanal é caracterizada como conhecimento tradicional, que é passado de geração em geração propiciando um acúmulo de cultura, herança e conhecimento local como, a noção das marés, do vento, das posições de cardumes e técnicas de navegação (CARVALHO, 2010).

A construção do Teatro Popular Oscar Niemeyer e do terminal Rodoviário João Goulart afetou fisicamente a comunidade de pesca. Hoje é um local onde poucas pessoas transitam, em um canto da cidade onde o acesso se dá por ônibus ou carro e a pé pelo terminal até a entrada do Teatro Popular. Desta forma, a vila de pescadores não é notada pela população.

O estudo busca compreender como se deu a formação e consolidação dessa vila e para alcançar esse objetivo foi utilizado o método de realização de pesquisa documental e bibliográfica. Assim, o problema de pesquisa é: Como se deu a formação e consolidação da Comunidade de Pescadores no Centro de Niterói?

Para tanto, definiu-se como objetivo geral: compreender como se deu a formação e consolidação da Comunidade de Pescadores no centro de Niterói e como está atualmente. A fim de auxiliar no alcance de tal objetivo, os específicos são: (a) Realizar pesquisa

documental e bibliográfica sobre a criação de Niterói; (b) Realizar pesquisa documental e bibliográfica sobre a formação e consolidação das comunidades de pescadores de Niterói; (c) Realizar pesquisa documental e bibliográfica sobre a formação e consolidação das comunidades de pescadores do centro de Niterói.

No decorrer das buscas por informações foram encontradas dificuldades de referências sobre a vila de pescadores, apontando um abandono por parte do Poder Público, em suas três esferas, Federal, Estadual e Municipal. A avaliação tem a finalidade de compreender a formação da vila, entender suas necessidades e a viabilização de projetos que a contemplam e contribuir com informações relevantes para um tema ainda pouco explorado.

O objetivo inicial do projeto seria, além da pesquisa teórica, pesquisa oral, *in loco*, com os moradores da vila. Contudo, em decorrência da pandemia mundial de Covid-19 e pela necessidade do distanciamento social para frear o avanço no contágio, não foi possível dar continuidade às pesquisas no local limitando o trabalho em pesquisas teóricas, reforçando assim a importância de mais investigações sobre o tema. Até a finalização deste artigo não foi possível retomar às pesquisas de campo, pois a pandemia permanece.

## **2 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 História de Niterói**

Niterói, cidade às margens da Baía de Guanabara, local marcado por disputas por sua visão estratégica da baía e por sua proximidade ao Rio de Janeiro. Primeira cidade fundada oficialmente por um indígena, o Cacique Araribóia, da tribo dos Temiminós, catequizado pelos jesuítas em 1555, passando a ser chamado Martim Afonso de Souza (AGLA, 2014).

Araribóia em conjunto com as caravelas portuguesas comandadas por Estácio de Sá expulsaram os franceses que vieram atrás do pau brasil. Neste conflito datado em 20 de janeiro de 1567, deu-se a vitória sobre os franco-tupis. Mem de Sá, governador geral, atendeu ao pedido de Araribóia, que por sua conquista, solicitava as terras e efetivou a doação em 16 de março de 1568. A posse solene foi realizada em 22 de novembro de 1573 com a presença do governador Cristóvão de Barros dentro da tradição européia consistindo em receber nas mãos um punhado de terra, pedra, areia e ramos verdes, passando a ser chamada de São Lourenço dos Índios (AGLA, 2014).

O local escolhido pela tribo do cacique Araribóia foi o morro de São Lourenço que tinha uma visão privilegiada da Baía de Guanabara de onde retiravam seu sustento e moradia (JULIO, 2019).

Inicialmente, a aldeia de Martim Afonso experimentou um desenvolvimento incipiente. Foi erguida a primitiva capela de São Lourenço e surgiram no seu entorno choupanas e roças de milho e mandioca, características de uma cultura de subsistência dos próprios indígenas aldeados no alto do morro. Os indígenas viviam também da caça a pequenos animais feita nas matas próximas, da pesca nas águas da Baía de Guanabara e do fabrico de utensílios de barro e de redes (JULIO, 2019, p.108 *apud* SILVA, 2008, p. 70)

Segundo Viana (2018), com a chegada de Dom João VI à colônia brasileira em 1808 e a escolha de lazer da família real pela Praia Grande, a promoveu à categoria de Vila Real da Praia Grande. Outra data importante foi em 1835 quando foi votado em Assembléia uma lei elevando a Vila da Praia Grande à condição de cidade e capital, passando a ser chamada de Nictheroy.

De acordo com o IBGE (2010), Niterói sempre palco de discussão na disputa pela capital do Estado do Rio de Janeiro no período entre os séculos XIX e XX. Essa perspectiva começou a ser mudada no final da década de 60 quando deu-se início a construção da Ponte Presidente Costa e Silva culminando com “a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro, retirando de Niterói a condição de capital” (IBGE, 2010 p.1).

Ainda nos anos 1940 foi concebido o Aterro da Praia Grande, que modificou toda orla da baía entre a Ponta d'Areia, no limite com o município de São Gonçalo, e o bairro do Gragoatá, com o objetivo de acrescentar espaços para a expansão da capital do estado. Esse aterro era uma solução consorciada público-privada e garantiria áreas edificáveis tanto ao poder público quanto à companhia concessionária. [...] Em 1971 a área é declarada de utilidade pública para fins de desapropriação e o governo Raimundo Padilha conclui o aterro, chegando a 70% do projetado. No entanto, questões jurídicas não permitiram a desapropriação da área, que volta quase totalmente às mãos da iniciativa privada. A solução foi considerar a área *non aedificandi* em 1977. A parte Sul foi desapropriada para a construção do campus da UFF, permanecendo intocável a parte Norte. Em 1981, uma sentença judicial devolveu à prefeitura parte da área inicialmente prevista para uso público. Entre 1983 e 1988 foi implantado um conjunto de quadras nos espaços ociosos no extremo do Aterro Norte, que passou a ser chamado Vila Olímpica (LUZ, 2009, p.6).

De acordo com Terra (2013), durante o primeiro mandato de Jorge Roberto Silveira entre 1989 a 1992, foi elaborado o Plano Urbanístico do Aterro Norte (PUAN) visando a revitalização do Centro “que previa a duplicação da Avenida Visconde do Rio Branco, a

construção do Centro de Espetáculos Populares e a implementação do Terminal Rodoviário João Goulart inaugurado em 1991” (TERRA, 2013 p.7).

Segundo Terra (2013), foi inaugurado em 1996, o Museu de Arte Contemporânea (MAC) dando continuidade ao plano de revitalização do Centro. A Prefeitura de Niterói percebendo o potencial do projeto do renomado arquiteto Oscar Niemeyer idealizou uma campanha transformando o MAC no cartão postal da cidade, passando uma imagem de cidade moderna. “Antes da construção do MAC, era utilizado nos documentos oficiais da cidade o brasão do município e após a conclusão da obra, o desenho do museu passou a ser utilizado pelos órgãos públicos do município” (OLIVEIRA, 2009, p.4 *apud* TERRA, 2013 p.7).

Posteriormente, a prefeitura encomendou a Niemeyer uma ampliação do projeto, o 'Caminho Niemeyer', que foi instituído pela Lei Municipal nº 1604 de 1997 como Área de Especial Interesse Urbanístico, Paisagístico e Turístico, em áreas remanescentes do antigo aterro da Praia Grande (TERRA, 2013, p.8).

De acordo com Silva e Resende (2008), às margens da Baía de Guanabara, outro aspecto relevante para cidade é a pesca artesanal, uma atividade econômica milenar oriunda das culturas indígenas no qual Niterói está inserido. O município de Niterói com a retomada das atividades da indústria naval, o transporte marítimo, a indústria petroleira, além da poluição ambiental fazem com que os pescadores tenham cada vez mais o seu espaço reduzido prejudicando a pesca, precarizando o trabalho e a condição de vida dessas comunidades.

Dando continuidade ao processo de urbanização do centro de Niterói e a construção do terminal rodoviário Presidente João Goulart e o Caminho Niemeyer onde a Vila da Praia Grande faz divisa, fazendo com que essa comunidade fosse diretamente afetada, diminuindo o seu espaço geográfico e invisibilizando ainda mais essa população. São muitos os desafios enfrentados, principalmente pela falta de atuação do Poder Público ocasionando problemas de infra-estrutura, social, econômico e cultural, acarretando uma perda de identidade da atividade tradicional, levando os pescadores à procurem outra forma de renda (GUZZO, 2020).

Por se tratar de uma cidade litorânea, a prática pesqueira e a presença da população tradicional é latente. Porém, a expansão da cidade tem gerado grandes impactos como o despejo de esgoto *in natura* nos corpos hídricos prejudicando a fauna marinha e a especulação imobiliária exerce pressão, desloca, comprime, ou retira os espaços antes ocupados pela população tradicional (GUZZO, 2020).

Segundo Neder (2017), há um impasse em colocar em prática “qualquer projeto de extensão de rede coletora ou estações elevatórias nessa região” já que a Vila da Praia Grande está em um local de âmbito Federal, classificado com área de preservação ambiental caracterizando uma ocupação irregular.

Para a Vila são muitas as dificuldades devido a falta de direcionamento de obrigação em ambas partes tanto do Poder Público Municipal e Federal proporcionando um prejuízo para essa comunidade que geograficamente se encontra em uma posição privilegiada pela proximidade do mercado São Pedro e ao CEASA que são grandes polos comerciais de pescado (GUZZO, 2020).

A localidade da Praia Grande possui um grande fluxo de embarcações tanto para pesca artesanal como para industrial por conta de sua proximidade geográfica em relação à Colônia Z8, e todo o pescado desembarcado na Praia Grande é destinado ao leilão, sendo que o transporte é realizado por carrinhos com tração manual. E também por estar próximo ao Mercado São Pedro e ao CEASA que são grandes polos comerciais de pescado na Baía de Guanabara. Os leilões que geralmente são realizados nos decks permitem ao pescador ter preços mais favoráveis do que quando são vendidos direto no cais (GUZZO, 2020).

Considerando que a cidade de Niterói possui uma boa extensão de sua margem banhada pela Baía de Guanabara, a pesca artesanal tem sido uma forma de subsistência para os povos tradicionais, que ao longo dos tempos resistem mesmo com a falta de incentivo do poder público, falta de estruturação urbana que contemple todos os habitantes, a poluição e o esgoto sem tratamento jogados diretamente no mar, acarretando na perda da identidade ancestral e na busca de alternativa de sobrevivência onde muitos estão abandonando essa atividade milenar.

A invisibilidade dessa prática faz com que a comunidade de pesca perca a sua característica estrutural e econômico, onde o interesse comum passa ser a sua própria sobrevivência e as crenças e valores acabam sendo deixadas de lado. É preciso um olhar dos órgãos responsáveis para essa atividade e para a comunidade em si, para que esse grupo de pessoas consigam se desenvolver em conjunto com o crescimento e estruturação desta cidade que segue em transformação e manter a prática da pesca artesanal viva.

## **2.2 Comunidades de Pesca**

Não existe uma definição unânime para comunidades, mas de acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa pode-se ter um esclarecimento.

‘[...] qualquer grupo social, cujos membros habitam uma região determinada, possuem um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica’. Ou ainda, como ‘um conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comum’ ou que compreendem um ‘grupo de pessoas considerado, dentro de uma formação social complexa, em suas características específicas e individualizantes; grupo de pessoas que comungam uma mesma crença ou ideal; grupo de pessoas que desenvolvem uma mesma atividade profissional’ (FERREIRA, 2008, p. 1 *apud* CARVALHO, 2010, p. 22).

Segundo Lima Júnior (2009), comunidade inclui um grupo de pessoas, uma localidade em comum e interesses comuns. O conceito de comunidade foi introduzido depois da Revolução Industrial, com as mudanças tecnológicas e com a urbanização, portanto existe dois elementos que integram a definição de comunidade, um estrutural e outro cognitivo, ambas se interligam com rede social e o senso de comunidade.

Há duas formas básicas de comunidade: comunidades locais e comunidades de interesse. Comunidades locais seria uma comunidade preocupada com um espaço em comum para todos (grupo de pessoas) e comunidade de interesse com um todo, interesses comuns da sociedade como valores, expectativas, crenças e outros. “Comunidade não é apenas uma construção (modelo), mas também uma construção sociológica” (BARTLE, 2008, p. 1).

De acordo com Diegues (1995), é possível destacar dois tipos de comunidades a marítima e a litorânea, a comunidade marítima está relacionada com a prática econômica, social e simbólica ligada ao oceano e tem a convivência direta com a pesca empresarial. Já a comunidade litorânea é uma prática ligada mais para a terra do que ao mar, sendo uma atividade complementar onde não se tem subordinação. Então pode-se dizer que a comunidade marítima vive exclusivamente de um ambiente marítimo, que se diferencia do ambiente continental e, dessa maneira, da comunidade litorânea que combina a pesca com outras atividades rurais, como pequena agricultura, artesanato e extrativismo floresta .

O termo comunidade marítima vem associado a outros conceitos como ambiente, distanciamento da terra, etc. A comunidade litorânea combina pesca em ambientes fechados, com outras eminentes agrícolas. Há por isso necessidade de se diferenciar dois tipos de comunidades: a marítima e a litorânea (CARVALHO, 2010, p.31 e 32).

Para Diegues (1995), a comunidade marítima caracteriza-se no lugar de “trabalho e vida”, onde os pescadores artesanais e os pescadores vinculados à pesca

empresarial- capitalista passam a maior parte do tempo, longe da família e em um estado precário. Para o autor “as comunidades marítimas se constituem pela prática dos pescadores num ambiente marcado pelo perigo, risco, mobilidade e mudanças físicas” (DIEGUES, 1995, p. 11).

A comunidade da praia do Perequê, Guarujá-SP é um exemplo de comunidade que se adaptou às mudanças socioeconômicas e culturais, antigamente a comunidade era formada por grupos de pescadores e atualmente não se vê esses grupos, mas nem toda essa mudança fez com que perdesse a essência e a cultura de pescador (CARVALHO, 2010).

Assim, a comunidade de pescadores, objeto desse estudo, trata-se de um grupo de pessoas que desenvolvem uma mesma atividade profissional e compartilham do mesmo espaço territorial. Segundo Saldanha (2008 *apud* CARVALHO, 2010), cada comunidade de pesca artesanal tem sua própria cultura, sua herança e seu conhecimento local. Os pescadores artesanais possuem um conhecimento admirável sobre maré, vento, posição dos cardumes e técnica de navegação. Todos os conhecimentos dos pescadores artesanais vem sendo passados de pai para filho gerando um acúmulo de cultura.

O conhecimento tradicional na pesca artesanal representa um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida. Nas comunidades de pescas artesanais, o conhecimento tradicional compreende ‘um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em relação com o meio-ambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com a própria sociedade’ (DIEGUES, 2009, p.1 *apud* CARVALHO, 2010, p. 35).

O conhecimento tradicional é limitado por ser o intermediário de cada vivência por qual passa o homem, rica e complexa, não se podendo exprimi-lo por complexo. Por isso, o conhecimento tradicional salvaguarda uma medida comum entre as pessoas (CARVALHO, 2010, p. 26).

De acordo com Carvalho (2010), em meados do século XVI, a pesca era praticada pelos índios ao longo do litoral, usando canoas e jangadas, embarcações utilizadas na pesca litorânea. No período colonial também foi organizado a pesca da baleia, defendendo a pesca indígena e sua existência. A coroa Portuguesa gerou um monopólio com a pesca da baleia, cuja permissão era dada aos pescadores portugueses e bascos. Era utilizada mão-de-obra escrava que vinham da África, pessoas extremamente sofridas e maltratadas. “Esse tipo de pesca ocorreu na Bahia, no litoral sul de São Paulo (Ilha do Bom abrigo) e litoral de Santa Catarina, tendo o fim nos anos 70, por causa da desativação da empresa japonesa em

Cabedelo (Paraíba) e da concorrência com pescadores norte-americanos” (CARVALHO, 2010, p. 29).

Nesse período, entre as culturas pesqueiras litorâneas, Diegues (2009) cita a jangadeira, em todo litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia, a caiçara, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo e a açoriana, no litoral de Santa Catarina e Rio grande do Sul. Os jangadeiros dependiam economicamente da pesca costeira, os caiçaras e açorianos praticavam simultaneamente à pesca e a atividade agrícola (CARVALHO, 2010, p. 30-31).

A caça da baleia tornou-se muito importante no aspecto econômico, “acarretando o surgimento de diversas unidades de extração de óleo e comercialização da carne, inclusive no litoral Paulista” (LOPES; SILVA, 2009, p. 1 *apud* CARVALHO, 2010, p. 40).

No início do século XX, a pesca no território brasileiro foi organizada como atividade econômica, um momento que a pesca ganhou um enfoque no processo de industrialização. Em 1912, a pesca foi vinculada ao Ministério da Agricultura que normaliza a atividade, mas até 1950 ainda não existia um planejamento de metas para a pequena pesca, somente no ano de 1962 foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro (CARVALHO, 2010).

O Decreto-Lei 221, em 1967, traçou o divisor de água para a atividade pesqueira no Brasil. Definiu-se a indústria pesqueira como indústria de base. A atividade antes restrita encontrava respaldo nos incentivos fiscais para a possibilidade de concentrar, modernizar, dinamizar e expandir a indústria do setor, participando de uma industrialização pesada. O Decreto-Lei isentava até 1972 impostos sobre importações, produtos industrializados, taxas aduaneiras para a importação de embarcações de pesca, equipamentos, e também máquinas, aparelhos, instrumentos e apetrechos de pesca. Operava-se a fabricação de bens de produção destinados à indústria de pesca, aprovados pelos órgãos subordinados à comissão de Desenvolvimento industrial do ministério da indústria e comércio. Neste mesmo ano o senado federal aprovou o decreto nº. 60.401 e com ele o programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro no Brasil (PDP) e a comissão de pesca (CARVALHO, 2010, p. 42).

Levando em conta que comunidade é um conjunto de pessoas cujos interesses estão interligados por um mesmo aspecto cultural, social e econômico, se faz necessário um diálogo entre o poder público e os representantes desse grupo, para que haja um desenvolvimento estruturante para o benefício do coletivo. Além de preservar a cultura ancestral e garantir uma qualidade de vida para essa população.

### **2.3 Comunidades de Pesca em Niterói**

Na Baía de Guanabara, há pescadores artesanais, “que representam o tipo de pesca predominante na paisagem e pescam utilizando pequenas e médias embarcações motorizadas, ou à remo, além de aparelhos de pesca com pequena e moderada sofisticação tecnológica, tais como redes de arrasto, cerco e espera, caniço e linha-de-mão” (SOARES, 2012, p. 64).

Os pescadores se organizam em colônias e associações ligadas a Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ). As colônias correspondem unidades independentes nas suas políticas e organizações, sempre teve uma função de representatividade da categoria desde a fundação no início do século XX pela Marinha do Brasil (RESENDE, 2010). Em Niterói há duas colônias: a Colônia Z7 que abrange o bairro de Itaipu e a Colônia Z8, que abrange os pontos de desembarque de Jurujuba, Ponta da Areia, Ilha da Conceição e Praia Grande (FEPERJ, 2020). Para atuar nas colônias como pescador artesanal é preciso ter um registro que autoriza a pesca e um registro com a documentação dos barcos (MORAIS, 2018). Porém, existem pescadores que não estão associados a nenhuma colônia ou associação de pesca (ROSA; MATOS, 2010). Um exemplo de comunidades que não são representados pelas colônias Z7 e Z8 são Boa Viagem e Piratininga.

Na ilha da Boa Viagem existe uma comunidade de pesca artesanal, porém muitas das vezes não recebem ajuda necessária em período de defeso (ALMEIDA, 2017).

A Colônia Z8 participa diretamente da comercialização do pescado em sua sede, abastecendo o mercado do peixe em Niterói conhecido como Mercado São Pedro e a Colônia Z7 participa indiretamente não interferindo na comercialização na venda do pescado (IBAMA, 2002).

Segundo o Mapa de Cultura (2020), as Colônias de Itaipu e Jurujuba foram fundadas em 1921. A forma de pesca utilizada por eles é a pesca caiçara, onde se deixa a rede com isca durante a noite, longe da praia, cada pescador marca a sua rede com bóias coloridas e no dia seguinte voltam para recolher o que ficou preso. Esses peixes são vendidos no mesmo dia na praia para os consumidores ou é feito um leilão da maré, com ofertas pelo conjunto de peixes (MAPA DE CULTURA, 2020).

A comunidade de pescadores de Itaipu pertencentes a colônia Z7, enfrentam dificuldades pelos conflitos entre os interesses privados, Poder Público e as comunidades locais com a expropriação dos pescadores residentes. Um grande exemplo foi “a construção de estradas, o deslocamento ocasionado pela perda da propriedade, a alteração da estrutura de

trabalho e o turismo impuseram aos pescadores de Itaipu uma nova ordem socioecológica” (COSTA, 2011, p. 51).

Tais transformações ocorridas em Itaipu acarretam na desconexão dos pescadores com seu habitat. O avanço do setor imobiliário e turístico provoca a transferência dos pescadores para áreas mais afastadas além da “poluição marinha, pesquisas sísmicas e a degradação da fauna e flora da lagoa promovem outro tipo de espoliação” (COSTA, 2011, p. 70).

Em Itaipu, há uma pluralidade no tipo de pesca e os aspectos ecológicos continuam vivos culturalmente “como divisão das estações do ano, marés, ventos, chuvas e fenômenos lunares, sobrevivem. As estações do ano permanecem divididas em tempo quente/tempo frio ou verão/ inverno” (PESSANHA, 1977 e LIMA, 1978 *apud* COSTA, 2011, p. 79)

As comunidades de pesca artesanal têm enfrentado muitas dificuldades com o aumento de lixo na de Baía de Guanabara, a poluição tem sido um grande obstáculo que os pescadores vencem a cada dia, a redução da pesca tem sido expressiva, os pescadores têm recolhido muito lixo do mar ao invés de peixes (NEDER, 2017).

Um exemplo de comunidade de pescadores artesanais que está sofrendo com o aumento do lixo na Baía de Guanabara é comunidade da Praia Grande, que tem esgoto o jogado diretamente no mar (NEDER, 2017).

A vila de pescadores está situada no centro de Niterói, local que vem passando por grandes alterações desde a década de 40, quando deu-se início ao processo do Aterro da Praia Grande. A vila, que fica ao lado do Caminho Niemeyer e do Terminal Rodoviário Presidente João Goulart, além de problemas graves com o esgoto sem tratamento sendo liberados por três dutos diretamente na praia, a sujeira e falta de manutenção no cais tornam a vida desses moradores cada vez mais difícil. A Praia Grande já foi considerada a maior de Niterói, mas devido às obras ela foi sendo comprimida precarizando o cotidiano desses moradores que nela habitam (GUZZO, 2020).

Ainda segundo Guzzo (2020), a Vila da Praia Grande é um local popularmente chamado de “Rua da lama” pela falta de pavimentação, tendo sido prejudicada pelas construções em seu entorno, trazendo mais obstáculos para esses moradores, uma vez que grande parte da venda do pescado se dá por leilão e o transporte deste pescado é feito através de carrinhos de tração manual após a descarga no cais até a saída da vila.

Posta a necessidade de sobreviver, eles acabam “subvivendo”, ou seja, vivendo em condições que abaixo do que seria considerado como dignas, o que se reflete na sua reprodução. Trabalho e habitação estão intimamente ligados neste sentido, visto que é pela via do trabalho que são concebidos os

meios para investir na habitação. Mas a aparência por si só não é o problema, porque a comunidade continua exercendo sua função: abastecer o mercado de alimentos, apesar das dificuldades. O mais interessante é que essa precariedade acaba fragilizando as comunidades, que se vêem cada vez mais invisíveis, não só aos olhos dos bairros do entorno como também aos olhos do poder público (FERREIRA, 2011, p.8-9).

Outra comunidade de pescadores que sente o impacto com a poluição é a de Jurujuba que tem na Baía de Guanabara um local onde extraem o seu meio de produção. Com o impacto da degradação do ambiente, esta comunidade está perdendo sua forma de subsistência, levando parte de seus moradores a abandonarem a pesca, buscando empregos formais, além do desemprego. Com isso há uma perda de identidade cultural e social da comunidade uma vez que precisam se adequar a novas condições para sobrevivência. Acarretando na extinção de uma atividade tradicional milenar (SOARES e LIMA, 2005). Em Jurujuba, a fiscalização do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) faz algumas exigências como proibição de traineira, de pesca de rede e comprovação da carteirinha, que dificultam no dia a dia de um pescador artesanal (MORAIS, 2018).

A atividade da pesca é um ofício que detém muitas dificuldades. Sendo elas, a escassez do pescado, problema financeiro, grande jornada de trabalho, dificuldade no recebimento de direitos, a poluição do mar e o descaso dos órgãos competentes.

A pesca artesanal é feita exclusivamente pelo trabalho manual do pescador, como reparos na rede, reparos na embarcação e processamento do produto da pesca, que garante o sustento e o trabalho para certos grupos de pessoas que se dedicam a maior parte do seu tempo no mar, perdendo a oportunidade de se qualificar e entender todos os seus direitos e ter uma vida com melhor qualidade. Essa falta de instrução e entendimento faz com que os pescadores sofram a cada dia com a burocracia do sistema para receberem o defeso que é uma garantia de rendimento em momento de procriação das espécies.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa se propôs, como objetivo geral, compreender como se deu a formação e a consolidação da Comunidade de Pescadores no centro de Niterói e como está atualmente. Inicialmente, os objetivos específicos eram a realização de pesquisas documentais, o mapeamento dos moradores e as entrevistas orais. Deu-se início às entrevistas no dia 12 de março de 2020, mas pelo isolamento obrigatório causado pela pandemia do COVID-19 foram

suspensas as atividades presenciais fazendo com que a metodologia fosse alterada para realizar pesquisa documental e bibliográfica sobre (a) a criação de Niterói; (b) a formação e consolidação das comunidades de pescadores de Niterói e especialmente (a) a localizada no centro de Niterói.

Nas pesquisas feitas durante o trabalho, percebe-se pouco conteúdo falando sobre a vila de pescadores da Praia Grande, as entrevistas orais iriam ajudar a compreender assuntos não abordados nas pesquisas teóricas, como desde quando a vila tornou-se local de moradia, a quantidade de moradores que ali residem e em quais condições. Durante o estudo foi possível perceber que existe uma negligência por parte das autoridades por se tratar de um local de disputa entre as esferas públicas e com isso há um descaso com esse grupo de pessoas, ocasionando a falta de regularização documental para que eles possam fazer parte da Colônia Z8 e usufruir os direitos que cabem aos associados como o direito ao defeso. Nota-se que há uma falta de consenso entre os moradores e uma liderança para organizar os pescadores da vila.

Mesmo com a leitura de artigos e buscas pela internet não foi possível chegar a um resultado conclusivo, pois não há muitas informações sobre o assunto abordado necessitando de entrevistas orais para uma conclusão mais detalhada do assunto além de um olhar social que democratize o desenvolvimento local.

Além disso, outra problemática é o estado precário do cais que necessita de uma reforma visando facilitar o escoamento do pescado, ademais o caminho da entrada da vila e do cais encontra-se com falta de pavimento tornando o processo de locomoção muito difícil. Os pescadores utilizam carrinho de tração manual para transportar o pescado. Por eles não serem associados à Colônia Z8, a distribuição do peixe se torna incerta. A venda é feita através de um leilão ou direta, por compradores que aguardam na entrada da vila. Se esses pescadores fossem cadastrados na Colônia Z8, a venda seria mais garantida por causa da mediação entre os pescadores e os compradores.

Também outro obstáculo é o esgoto que desemboca diretamente na praia, poluindo a Baía de Guanabara o que diminui a quantidade de peixe e de espécies para consumo e venda. Outrossim, os pescadores relatam que durante a pesca retiram muito lixo, prejudicando o seu trabalho. Com isso vem à tona outra questão que é a falta de tratamento do esgoto e o despejo de dejetos no mar.

Recomenda-se um estudo mais aprofundado do assunto abordado no trabalho para que possa esgotar todas as possibilidades e chegar a um resultado que seja eficiente e eficaz no

auxílio de novas buscas de conhecimento e diretrizes capazes de agir, contribuir e cobrar da gestão pública ações concretas a fim de melhorar um determinado local e um grupo de pessoas que são desfavorecidas.

Existe a intenção da retomada das entrevistas com os pescadores para poder ter uma conclusão mais acertada a fim de contribuir com este tema ainda pouco explorado, mas carente e necessário.

## REFERÊNCIAS

A Tribuna. **Pescadores de Niterói reclamam de excesso de fiscalização pelo INEA.** <https://www.tribunarj.com.br/pescadores-de-niteroi-reclamam-de-excesso-de-fiscalizacao-pelo-inea/>. Acesso em: 07 abr. 2020.

ANDRE, A. S. São Lourenço dos Índios: uma retrospectiva de sua história (1568-1758). **Revista de Trabalhos Acadêmicos-campus Niterói**, n.1, 2015.

BARTLE, P. **O que é comunidade?** Uma perspectiva sociológica. 2011. Disponível em: [www.scn.org/mpfc/whatcomp.htm](http://www.scn.org/mpfc/whatcomp.htm). Acesso em: 02 abr. 2020.

CARVALHO, C. A. J. de. A contribuição do conceito de território para uma gestão socialmente justa da cidade. In: **Gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras.** 2004. p. 57-65.

COSTA, Paula Chamy Pereira da. Interações socioecológicas na pesca à luz da etnoecologia abrangente: a praia de Itaipu, Niterói. **Rio de Janeiro/Paula Chamy Pereira da Costa.--Campinas, SP:[sn], 2011.**

DA SILVA, Catia Antonia; RESENDE, Alberto Toledo. RURALIDADES NA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS PARA A ANÁLISE. **Revista Tamoios**, v. 4, n. 2, 2008.

DE ALMEIDA FERREIRA, Janylle. A precarização da pesca artesanal e reprodução do espaço na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

DE OLIVEIRA, M. P. Política Urbana e o “Caminho Niemeyer” Em Niterói-RJ: da Re-significação da cidade a (re) Valorização do Espaço Urbano. In: MENDONÇA, F., LOWEN-SAHR, C.L. e SILVA, M. (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 373-386.

DIEGUES, A. C. S. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, A. C. S. **Conhecimento e manejo tradicionais em áreas protegidas de uso sustentável: o caso da RESEX marinha do Arraial do Cabo-Rio de Janeiro**. 2003. Disponível em: [www.usp.br/nupaub/resexarraial.pdf](http://www.usp.br/nupaub/resexarraial.pdf). Acesso em 31 mar. 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos. Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980). Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 1, São Paulo, 2004

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2008.

FIPERJ. **Entidades do setor**. Disponível em: <http://www.fiperj.rj.gov.br/index.php/entidade/index/5>. Acesso em: 07 abr. 2020.

Guzzo, A. **Perfil socioeconômico da Vila de Pescadores da Praia Grande em Niterói-RJ**. 2020. Projeto final (Curso Técnico em Administração) - Instituto Federal do Rio de Janeiro, Niterói.

IBAMA. **Pescadores e embarcações em atividade, produção, e valor do pescado na Baía de Guanabara**: abril de 2001 a março de 2002. Convênio IBAMA-FEMAR. 2002. 50 p.

JULIO, S. S. Presença indígena na história: reflexões em torno da Igreja de São Domingos Gusmão (Niterói, Rio de Janeiro). **Revista Nordestina de História do Brasil**, v. 2, n. 3, p. 104-118, 2019.

LIMA JÚNIOR, W. T. **Comunidades sob o olhar da sociologia**. Disponível em: [www.walterlima.jor.br/academico/pos/casper/.../aula1.pdf](http://www.walterlima.jor.br/academico/pos/casper/.../aula1.pdf). Acesso em: 31 mar. 2020.

LUZ, M. da. "Nasce uma nova Niterói": representações, conflitos e negociações em torno de um projeto de Niemeyer. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 273-300, 2009.

LOPES, Roberto da Graça; SILVA, Newton José Rodrigues da. **Programa integrado de extensão pesqueira** (Programa Institucional da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - junho de 1997). Sér. Relat. Téc., São Paulo 4 jul., 2001. Disponível em: [ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/relatorio\\_4.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/relatorio_4.pdf). Acesso em: 2 jul. de 2020.

MADEIRA FILHO, W.; TERRA, A. D. G. **Gentrificação, Revitalização ou Reestruturação?** As Diferentes Formas de Nomear os Processos de Neocolonização Urbana no Centro de Niterói RJ. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Belo Horizonte, Brasil. 2013.

MAPA DA CULTURA. **Colônia de pescadores de Itaipu**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/colonia-de-pescadores-de-itaipu>. Acesso em 20 abr. 2020.

O GLOBO. **Vila de pescadores em Niterói convive com esgoto e ruínas**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/vila-de-pescadores-em-niteroi-convive-com-esgoto-ruinas-22057772>. Acesso em: 07 abr. 2020.

O GLOBO. **Marisqueiros exercem atividades nas cavernas**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/marisqueiros-exercem-atividade-nas-cavernas-temem-ficar-sem-emprego-21891026>. Acesso em 11 mai.2020.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 15, 1997.

RESENDE, A. T. **Pesca artesanal e suas representatividades: FEPERJ e Colônias de pescadores na Baía de Guanabara**. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos – Porto Alegre - RS, 2010.

ROSA, M. F. M.; MATTOS, U. A. O. A saúde e os riscos dos pescadores e catadores de caranguejo da Baía de Guanabara. **Ciência e Saúde coletiva**, v. 15, (Supl. 1). p. 1543-1552, 2010.

ROSA, P. R. V. **Perfil socioeconômico da microrregião da comunidade de pescadores da Praia Grande pertencentes à Colônia Z8, em Niterói-RJ**. 2019. Projeto final (Curso Técnico em Administração) - Instituto Federal do Rio de Janeiro, Niterói.

SOARES, D. G. **Conflito, ação coletiva e luta por direitos na Baía de Guanabara**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) UFRJ/IFCS. Rio de Janeiro, 2012. 168f.

SALDANHA, I. R. R. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoiella lepidentostole*) em Iguape/SP**. Disponível em: [dlc.dlib.indiana.edu/archive/00001481/00/Saldanha\\_Espacos\\_040511\\_Paper240.pdf](http://dlc.dlib.indiana.edu/archive/00001481/00/Saldanha_Espacos_040511_Paper240.pdf). Acesso em: 31 mar. 2020.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. de M.; GUIMARÃES, L. B. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, S. M. São Domingos nos séculos XVI, XVII e XVIII. In: ALBUQUERQUE, F. (org.). **São Domingos: o berço histórico da Vila Real da Praia Grande e imperial cidade de Niterói**. Niterói, RJ: Niterói Livros, 2008. 70 p.

VIANA, D. B. **A cidade de Niterói, sua territorialidade e atitude blazé.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói.